

2

A academia pula o muro

História pública se expande em meio a polêmicas Pág. 3

HISTÓRIA

2

Polêmicas públicas

Entre a simplificação didática e a distorção

RESUMO Voltada à difusão de conhecimento histórico para audiências ampliadas, a história pública ganha espaço fora das universidades, mas sua expansão também gera polêmicas. Exemplos no Brasil, na França e nos EUA mostram como a simplificação didática às vezes se confunde com distorção, para desalento de pesquisadores.



JULIANA SAYURI

APRESENTADA PELO youtuber Felipe Castanhari, com edição irreverente, trilha pop e tom de humor, a série “Guia Politicamente Incorreto”, no History Channel, levantou questões que arripiaram historiadores. A chamada de um dos oito episódios, intitulado “Brasil Negro”, dizia: “O Brasil é racista? A escravidão do Brasil foi ‘frouxa’? (...) Conheça relatos da escravidão que você nunca imaginou existir. Negros capturados, vítimas que só sofreram nas mãos de senhores sádicos? Esqueça”.

Mas esquecer não é lá do feito dos historiadores.

As vésperas da estreia do programa, no fim de outubro, profissionais como o colunista da **Folha** Lira Neto criticaram publicamente a produção pois não tinham sido informados que seus depoimentos integrariam uma série baseada no controverso “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” (Leya, 2009), best-seller do jornalista Leandro Narloch, 39, também colunista do jornal e autor do recente “Achados & Perdidos da História: Escravos” (Estação Brasil).

O caso ilustra um debate fervilhante entre historiadores sobre usos públicos e apropriações políticas do passado, a partir de um campo que está atraindo atenções de profissionais e estudantes: a história pública.

A corrente nasceu nos EUA na década de 1970. Robert Kelley, pro-

fessor da Universidade da Califórnia, cunhou a expressão para se referir à atuação de historiadores fora do âmbito acadêmico. Eles passaram a fazer ajustes de linguagem e conteúdo para se comunicar com outros públicos —na mídia, em museus, para governos, corporações e consultorias. O termo se firmou em países como Austrália, Inglaterra, Itália e Nova Zelândia.

No Brasil, passou-se a discutir a área a partir dos anos 1990, em resposta a uma demanda crescente por memória após o fim da ditadura militar. Mas foi nos últimos seis anos que o debate ganhou vulto, num contexto marcado pela expansão do acesso às universidades, pela instauração da Comissão Nacional da Verdade e pela aprovação da Lei de Acesso à Informação.

O pontapé inicial foi um curso na USP, em 2011, que oferecia oficinas sobre fundamentos de divulgação científica, gerenciamento de arquivos, produção de rádio e podcasts.

Eventos especializados, livros e oficinas se multiplicaram desde então. Em 2012 formou-se a RBHP (Rede Brasileira de História Pública) e foi articulada a FIHP (Federação Internacional de História Pública) —em 2018, o encontro internacional ocorrerá na USP Leste.

Se nos EUA e em outros países a chamada “public history” é uma disciplina específica, associada a uma formação para o mercado ou para a atuação em centros de memória, no Brasil a história pública vincula-se mais a debates sobre usos políticos do passado e à noção de “público”, num diálogo com a história do tempo presente, a produção de documentários e estudos de educação e mídia.

“Hoje, nenhum historiador pode se dar ao luxo de negligenciar o público como dimensão inescapável da sua atividade”, diz Ricardo Santhiago, 34, professor da **Unicamp** (Universidade Estadual de Campinas). De acordo com ele, a história pública no Brasil é simultaneamente uma área de estudos e um campo de atuação, abrangendo diferentes modalidades.

POLÊMICAS Uma delas é a história para o público, voltada à difusão de conhecimento histórico para audiências ampliadas, ocupando espaços além da academia: cinema, literatura, museus, memoriais e séries de TV, em produções conduzidas pelos próprios historiadores ou mediadas por outros profissionais. Eis a moldura para a polêmica do History Channel.

“Essa reflexão [sobre o caso] po-

de induzir um refinamento na relação do historiador com os agentes e as instâncias que o convocam a opinar sobre uma variedade de temas na esfera pública”, diz Santhiago, um dos fundadores da RBHP. “Episódios como esse nos despertam para o fato de que as apropriações possíveis dos nossos trabalhos são imprevisíveis.”

Em sua coluna na **Folha**, Lira Neto criticou o que considerou uma armadilha: “Se tivesse sido informado disso previamente [refere-se ao vínculo do programa no History com o ‘Guia’], não teria concedido a entrevista. Considero tais livros um desserviço ao público jovem, alvo prioritário deles. São simplórios na argumentação, falaciosos na utilização das fontes, pródigos em promover estereótipos e sedimentar preconceitos contra minorias historicamente marginalizadas”.

Entrevistados como ele e Lilia Schwarcz demandaram que suas participações fossem canceladas. No Facebook, Narloch afirmou compreender a queixa dos entrevistados e endossou os pedidos, que foram atendidos. Procurado pela reportagem, o History Channel não se manifestou.

A respeito das críticas de Lira Neto, Narloch afirmou à **Folha** que as considera personalistas e motivadas mais por divergência política do que pelas informações da série ou do livro. “Ideologias políticas são baseadas em grandes narrativas históricas. Historiadores costumam fomentar essas narrativas que fundamentam ideologias políticas. Mas o papel do bom historiador é identificar quais ideias, discursos e narrativas suportam as ideologias”, afirma.

Não foi a primeira vez que historiadores e mídia se desalinham.

FRANÇA E EUA Roteiro similar se desenvolveu na França, em 2007, quando Colette Beaune e outros historiadores foram convidados a participar de um documentário sobre Joana D’Arc para o Arte, canal cultural prestigioso entre os acadêmicos daquele país.

Especialistas na trajetória da Donzela de Orleans nem hesitaram: “A vocação acadêmica não é pesquisar por pesquisar, mas pesquisar para transmitir aos outros”, Beaune escreveria depois.

Eles sabiam que suas respostas seriam editadas, mas não que o jornalista Marcel Gay participaria da produção. Autor do polêmico “L’affaire Jeanne d’Arc” (o caso Joana D’Arc), Gay instiga mitos sobre a heroína francesa. Segundo suas teses, ela fazia parte de uma conspiração da família real para manipular os rumos da Guerra dos Cem Anos.

Em 2008, dias antes da estreia, os entrevistados descobriram que o filme seria um tipo de “docuficção” ancorado no livro de Gay. Um jornalista da France 3 envolvido na produção sugeriu que, para atrair público maior, seria preciso “aceitar alguns arranjos com a verdade”. Beaune relatou o caso na provocativa introdução do livro “Joana D’Arc: Verdades e Lendas” (Cassará, 2012), intitulada “O historiador e a mídia: um mal-entendido”.

Mal-estar semelhante se instaurou com “The Civil War” (a guerra civil), do diretor Ken Burns, nos EUA. Fragmentada em nove capítulos, a série de 1990 se tornou um fenômeno de audiência da PBS, canal americano de programação

Enquanto filmes e séries de TV tendem a construir um roteiro linear, acessível ao público leigo, o trabalho historiográfico explora lacunas e contradições

educativo-cultural.

O programa foi alvo de críticas por romantizar e distorcer determinados pontos do conflito. Jonathan Zimmerman, da Universidade da Pensilvânia, afirmou ao jornal “The Chronicle”: “Historiadores não estão felizes com Ken Burns. Ele é um simplificador, nós complicamos. Ele produz mitos, nós os quebramos. E ele celebra a nação, enquanto nós a criticamos”.

Em 1997, foi lançado o livro “Ken Burns’s The Civil War: Historians Respond” (a guerra civil de Ken Burns: historiadores respondem, Oxford University), que reúne artigos de apoiadores e críticos da série, além de um texto de Burns que levanta algumas questões. O propósito de um documentário histórico é informar ou entreter? O que acontece quando o desejo de entreter atrapalha a precisão histórica?

TEORIA No Brasil, tensões entre o historiador e a mídia afloraram na década de 1990, diante da profusão de biografias escritas por jornalistas, e se tornou mais visível a partir do ano 2000, com efemérides como os 500 anos do “descobrimento”.

“Os olhares sobre o passado costumam ser diferentes, e isso traz importantes implicações na confusão sobre as distintas narrativas”, diz Bruno Leal, 35, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e editor do portal Café História. Enquanto filmes e séries de TV tendem a construir um roteiro linear que seja compreendido pelo público leigo, o trabalho historiográfico explora lacunas, contradições e conflitos que nem sempre fazem sentido à primeira vista.



RAFAEL CORRÊA | cartum



A mídia é uma das esferas da história pública, mas não a única. Para Ricardo Santhiago, a área exige participação ativa do historiador, pois consiste na construção de um conhecimento crítico e fundamentado, mas também acessível.

Isso pode acontecer em ações de preservação patrimonial, elaboração de livros didáticos e formulação de políticas públicas de educação e cultura, por exemplo. Nos últimos anos, historiadores brasileiros têm experimentado outras plataformas, como apps, podcasts e webseries.

Segundo Ana Maria Mauad, 57, da UFF (Universidade Federal Fluminense), “o papel da história é provocar uma atitude historiadora: indagar o passado como uma das dimensões do terreno poroso do presente onde residem as tradições, os comportamentos residuais, mas de onde pode emergir um conhecimento crítico que nos impele para a ação”, afirma a co-organizadora do livro “História Pública no Brasil” (Letra & Voz, 2016).

Nesse contexto, a história pública pode ser feita nas ruas, em galerias e bibliotecas, entre outros espaços —da curadoria de uma exposição sobre um bairro operário a uma intervenção artística sobre um terreno de candômbê.

“Uma atitude historiadora pode nos levar a atuar em projetos comunitários, integrando a universidade e o mundo real, possibilitando que a história científica transcenda os muros institucionais”, diz Viviane Borges, 38, da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina).

Narloch, em sua coluna na **Folha** de 13 de dezembro, provocou: “Muitos professores se ressentem comigo e outros jornalistas que escreveram best-sellers de história do Brasil. Pois um bom jeito de reduzir nossa vantagem é aprendendo, por exemplo, a usar o ponto final”.

Quicá ele tenha razão ao criticar o uso de “palavras envelhecidas” e “estilo entediante” de certos livros de história. Entretanto, o despertar recente para a história pública indica tentativas de explorar novas linguagens, desengavetando conhecimento histórico das bibliotecas universitárias. Afinal, a história pública é, antes de tudo, história. ←